



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Estadual Cibeles Moura

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 515 /2020

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2020

Autor (a): Deputado Davi Maia

Assunto: Susta os efeitos do art. 4º do Decreto Estadual Nº 69.544, de 24 de março de 2020, expedido pelo Governador de Alagoas, que determina a delegação de competência para que as requisições administrativas relativas ao combate à pandemia do COVID-19 sejam realizadas por portaria do Secretário de Saúde de Alagoas.

Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Projeto de Decreto Legislativo que susta os efeitos do art. 4º do Decreto Estadual Nº 69.544, de 24 de março de 2020, expedido pelo Governador de Alagoas, que determina a delegação de competência para que as requisições administrativas relativas ao combate à pandemia do COVID-19 sejam realizadas por portaria do Secretário de Saúde de Alagoas. Inconstitucionalidade formal. Parecer pelo não prosseguimento processo legislativo.

1. Relatório.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo apresentado nesta egrégia Casa Legislativa em 27/03/2020, de autoria do excelentíssimo senhor Deputado Davi Maia, que tem como objeto de deliberação a sustação dos efeitos do art. 4º do Decreto Estadual Nº 69.544, de 24 de março de 2020, expedido pelo Governador de Alagoas, que determina a delegação de competência para que as requisições administrativas



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual

Gabinete da Deputada Estadual Cibebe Moura

relativas ao combate à pandemia do COVID-19 sejam realizadas por portaria do Secretário de Saúde de Alagoas

A proposição em tela se justifica pelo fato de o Poder Executivo ter exorbitado o Poder Regulamentar ao dispor sobre uma delegação de competência não permitida por Lei, uma vez que, segundo alega o autor, o instituto da requisição administrativa não possui qualquer legislação estadual para regulamentá-lo, constando apenas no texto da Constituição do Estado de Alagoas.

Posto o breve relato, passo a fundamentar e opinar.

2. Fundamentação.

Embora seja louvável e necessária a preocupação em que o autor possui ao apresentar tal projeto, é necessário destacar que ele incide em inconstitucionalidade formal, uma vez ao tentar sustar os efeitos de um Decreto Estadual que está devidamente adequado às normas jurídicas, viola o art. 86, §1º, "b" e "e", da Constituição do Estado de Alagoas, que assegura a competência privativa que o Governador do Estado possui para legislar sobre matéria de organização de serviços públicos e atribuições de órgãos que compõem a administração pública estadual, a saber:

Art. 86. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I – fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;

II – disponham sobre:

a) criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração;

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;

c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização da Advocacia-Geral do Estado;

e) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, direta ou autárquica e fundacional pública;

f) criação e extinção de sociedade de economia mista e empresa pública, e suas subsidiárias.

(Grifo nosso)



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Estadual Cibeles Moura

Atrelado a isso, alega o autor que os efeitos do artigo 4º do Decreto em questão devem ser suspensos, visto que inexistente legislação estadual para regulamentar a atividade da requisição. Todavia, no caso em tela, prevalece o artigo 22, V, da Constituição Federal, o qual determina que é de competência privativa da União legislar sobre as requisições civis e militares, em casos de iminente perigo e em tempo de guerra. Dessa

Em síntese, eram os fundamentos.

3. Conclusão.

Ante ao exposto, opino desfavoravelmente ao prosseguimento regular do projeto de lei sob exame, uma vez que encontra-se evidenciado vício por inconstitucionalidade formal, razão pela qual solicito o não prosseguimento do processo legislativo e seu imediato arquivamento.

Maceió (AL), 31 de março de 2020.

Deputada Cibeles Moura
Deputada Estadual

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura] (CONTRA)